

Agenda 2030: análise da pobreza no contexto de Belo Horizonte

DOI: 10.54446/bcg.v15i1.3658

Cláudia Aparecida Avelar Ferreira¹, Paulo Fernando Braga Carvalho²

Resumo

A pandemia do Covid-19 exacerbou as desigualdades no mundo, assim como nas cidades do Brasil. Essa situação levanta a questão: como Belo Horizonte vem cumprindo o pacto global da sustentabilidade em relação à pobreza? O objetivo deste estudo foi analisar como a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, está cumprindo a Agenda 2030 em relação à erradicação da pobreza. Foi realizada uma pesquisa quantitativa e documental, a partir de dados secundários, em bases governamentais, cujos resultados apontam que Belo Horizonte não cumprirá a erradicação da pobreza até 2030. Um dos pontos críticos é a condição da população negra, que apresentou três vezes mais chances de dependência de proteção social que a população branca. A região Centro-Sul aumentou as chances de pobreza e dependência do auxílio do Bolsa Família, com uma porcentagem de 55,34%, e a região Norte com 54,45%, levando à conclusão de que a população belo-horizontina está ficando cada vez mais dependente de proteção social. Essa situação leva à necessidade de uma revisão das políticas sociais, de forma a se tornarem mais efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, proteção social, sustentabilidade, gênero, relações raciais.

1 Doutora em Administração pela PUC Minas, com pós-doutorado em Tratamento da Informação Espacial e em Administração e MBA em Gestão das organizações hospitalares e serviços de saúde na FGV e em assistência farmacêutica no SUS pela UFSC. E-mail: claudiahgv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8802-1716>.

2 Professor dos programas de pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e em Geoprocessamento de Análise Espacial na PUC Minas, doutor em mestre em Geografia pela mesma instituição, matemático pela UFMG, especialista em Educação matemática pela FAFI-BH, com pós-doutorado em Geografia na UFMG. E-mail: paulofernando@pucminas.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6584-8836>.

Introdução

A Agenda 2030 é compreendida como uma ação da Organização das Nações Unidas - ONU (Unesco, 2017) em um pacto global para o desenvolvimento sustentável. Sua proposta é garantir o desenvolvimento humano e o atendimento às necessidades básicas do indivíduo, por meio de um processo com três eixos: econômico, político e social, respeitando o ambiente e a sustentabilidade (Aguilar et al., 2023, Roma, 2019).

Em 1972 aconteceu a primeira Conferência em Estocolmo para debater sobre políticas públicas para reduzir os efeitos no meio ambiente (Bosch, 2004). O desenvolvimento sustentável é um processo complexo, por envolver diversos *stakeholders*, terminologia que passou a ser usada no ano de 1987 por meio do *Relatório Brundtland*, da Organização das Nações Unidas, e que instituiu o desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento procura satisfazer as necessidades do presente sem afetar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (Torresi et al., 2010).

Para o monitoramento das ações dos três eixos pelas organizações foram desenvolvidos padrões de relatórios de sustentabilidade, facilitando a comparação entre as organizações em nível mundial. O *Global Reporting Initiative* é um documento internacional com 21 indicadores e 76 variáveis com 5 dimensões. No ano de 2015, depois de uma discussão dos membros da cúpula, foram publicados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que aperfeiçoaram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, porque esses contemplavam somente oito objetivos que foram adotados pelos países membros da Organização das Nações Unidas. São eles: combater a fome e a pobreza, anexas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promover a igualdade de gênero e meio ambiente, afora estabelecer parceria global para o desenvolvimento sustentável (Roma, 2019)

Para consolidar os 17 Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi instituído o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", mais conhecida como Agenda 2030, que integra estes 17 ODS e 169 metas constituídas que precisam ser acatadas dentro do negociado com os 193 países que são membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS são: 1 (erradicação da pobreza); 2 (fome zero e agricultura sustentável); 3 (saúde e bem-estar); 4 (educação de qualidade); 5 (igualdade de gênero); 6 (água potável e saneamento); 7 (energia limpa e acessível); 8 (trabalho decente e crescimento econômico); 9 (indústria, inovação, infraestrutura); 10 (redução de desigualdades); 11 (cidades e comunidades sustentáveis); 12 (consumo e produção responsáveis); 13 (ação contra mudança global do clima); 14 (vida na água); 15 (vida terrestre); 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (parcerias e meios de implementação) (ONU, 2015, Roma, 2019).

No ano de 2019, houve uma interrupção da Agenda 2030 no Brasil, porém, o governo federal, em 16 de junho de 2023, retomou as atividades, recriando a

Comissão Nacional dos ODS (Brasil, 2023). Ressalta-se que neste período de extinção da Agenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) permaneceram coletando os dados da Agenda. Em 24 de junho de 2024, aconteceu um seminário para discutir as ações do governo sobre os ODS e efetivação a Agenda. Foi afirmada a importância desta Comissão para promover a internalização e colocar em prática a Agenda 2030 em todo território nacional. Assim, os governos estaduais e municipais e empresas tem que assinar a carta de compromisso, para uma adesão voluntária, com a Secretária-geral da Presidência da República (Brasil, 2024). A participação de prefeitos, governadores e sociedade civil é um grande obstáculo para se cumprir a Agenda 2030.

Massambani et al. (2018) apontam que os grandes desafios nos países pertencentes ao Mercosul, perante a Agenda 2030, estão associados aos fatores socioeconômicos como: crescimento econômico ajustado ao Produto Interno Bruto - PIB global, trabalho infantil, mulheres na política, taxa de mortes no trânsito, homicídio e problemas de corrupção. Assim, os países precisam investir nessas questões socioeconômicas para avançar nos fatores ambientais. Diante dessa condição, é imprescindível o monitoramento anual das metas e das políticas públicas, que devem focalizar os pontos mais críticos e fortalecer os pontos mais positivos.

A redução das desigualdades, para Khamis e Alves (2018), somente será possível quando não houver disparidades de desigualdades de renda e riqueza; houver acesso aos serviços essenciais; e atenção às questões de gênero, sociais, econômicas, culturais etc. Esses fatores estruturais dificultam o Brasil e outros países a conseguirem avançar e cumprir a Agenda 2030. Do contrário, o país não conseguirá atingir as metas. Acrescenta-se ainda que a pandemia do Covid 19 exacerbou as desigualdades principalmente na esfera da educação e as políticas públicas não têm sido eficazes, sendo necessário avançar para uma estrutura inclusiva e proporcionar mobilidade intergeracional (Varela; Alamy, 2023).

Moreira et al. (2019) fizeram um levantamento com especialistas da área e demonstraram que as chances de o Brasil cumprir os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são baixas. Dessa forma, é necessário priorizar alguns ODS como: 1 - erradicação da pobreza; 2 - saúde e bem-estar; e 3 - educação de qualidade, por constituírem a base para viabilizar outros ODS, como políticas públicas para reduzir a pobreza, atenção básica universal e educação da população.

A pobreza é um dos maiores desafios da maioria dos países, porque faz parte da estrutura societal, entrelaçada com o campo político, econômico e social. Barros, Henriques e Mendonça (2000) ressaltam que a distribuição de renda desigual e de oportunidades de inclusão de mão de obra produtiva no mercado constitui o principal determinante para o aumento da pobreza que atinge o Brasil. Warren, Thompson e Saegert (2001) apontam que a distribuição de renda é uma luta contínua, pois os ricos usam dos seus poderes para que os pobres permaneçam nessa situação e os seus benefícios sejam preservados. Por outro lado, os pobres entrincheirados nesse contexto sentem que a sua força de trabalho e esforço são

incipientes para uma organização que consiga reprimir a força dos burgueses. Wilkinson e Pickett (2015) complementam Warren et al. (2001) quando apontam que a desigualdade gera nas pessoas sensações de dominância e subordinação, superioridade e inferioridade, lesivas no contexto social.

Desta forma, é essencial aos agentes públicos direcionarem suas ações para a sustentabilidade das pessoas, dos negócios e das instituições, que vêm sendo fragilizadas por diversas condições internas e externas, como, por exemplo, a pandemia do Covid-19, que gerou o enfraquecimento da maioria das economias do mundo. Isso leva à indagação: como Belo Horizonte vem cumprindo o pacto global da sustentabilidade em relação à pobreza?

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar como a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, está cumprindo a Agenda 2030 em relação à erradicação da pobreza. Trata-se, neste estudo, da pobreza monetária (Yusuf; Caldarelli, 2020; Dinzey-Flores, 2017) e, para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa e documental (Pimentel, 2001), a partir de dados secundários, em bases governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-ODS) e o Painel de indicadores ODS de Belo Horizonte (2022).

Entende-se desigualdade social como o fenômeno relacionado à estratificação social decorrente do arranjo hierárquico e desigual de posições, fundamentado nas relações sociais de poder, propriedade ou prestígio (Guarido Filho, 2018). Moreira et al. (2019) corrobora Wilkinson e Pickett (2015) quando apontam que a desigualdade provoca efeitos negativos na qualidade de vida, saúde e bem-estar psicossocial.

Por isso, investigar o ODS1 (Erradicação da pobreza) na perspectiva micro (município) demonstra a importância da necessidade de articulação entre os poderes Executivo e Legislativo do município, nos níveis meso (estado) e macro (federal), para que o país possa avançar a uma cartografia sustentável e diminuir a pirâmide de desigualdades. A escolha desse ODS1 deve-se à interseccionalidade com outros ODS que perpassam entre si, os quais, se não atingidas as suas metas, não resultarão em redução das desigualdades, mas sim no aprofundamento social de grande parcela da população no futuro. Esse ODS1 entrelaça-se também com as variáveis gênero e raça, lacuna que precisa ser discutida na geografia, pois trata-se de um território em questão, localizado na região Sudeste e que demanda ações dos agentes locais e apoio de empresas privadas e das organizações não governamentais para mitigação da pobreza.

Esse artigo foi estruturado em cinco seções, a primeira é a introdução, a segunda é a revisão da literatura, a terceira seção se refere aos materiais e à metodologia; a quarta, os resultados e a discussão, a quinta as conclusões e, por último, as referências.

Revisão de literatura

A pobreza apresenta várias concepções e não há um consenso entre os pesquisadores da área (Fraga; Ferreira; Teodósio, 2020; Puchale; Puchale; Pereira;

Freitas, 2019). As concepções de pobreza começaram a emergir no ano de 1880, com denotações relacionadas às privações relativas ao suprimento de necessidades básicas (Townsend, 1979, 2006). No decorrer do tempo, novas perspectivas apareceram como a econômica (Dinzei-Flores, 2017), a socioeconômica (Townsend, 1979), a sociológica (Sen, 2000) e a sustentável (Steven et al., 2017). No século 21, os estudos acerca da situação de pobreza passaram a envolver outras dimensões além da renda, como a abordagem das capacitações, que buscam envolver todos os aspectos para o pleno bem-estar, na perspectiva multidimensional (Brambilla; Cunha, 2020; Barreto; Santos; Carvalho, 2019; Sen, 2000).

Dados da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2022) projetaram que 201 milhões (32,1%) de pessoas daquela região estão vivendo em situação de pobreza e, desses, 82 milhões (13,1%) vivem em pobreza extrema. Esse resultado emite um alerta aos agentes de poder e à sociedade, no sentido de ampliar a discussão sobre os meios de mitigar a pobreza enquanto há tempo, como investir na educação de qualidade e nas frentes de trabalho.

Para Yusuf e Caldarelli (2020) a pobreza monetária é cíclica no Brasil e persiste a insuficiência de renda, tanto no meio urbano quanto rural, sendo mais intensa e significativa nas regiões Norte e Nordeste do país, porém mais proeminente nas zonas rurais. Dados do período de 2012 e 2018 apontam que 28,09% da população brasileira está na situação de pobreza monetária e 11,25% em extrema pobreza. No contexto rural, 52% da população encontra-se em situação de pobreza monetária e desses, próximo de 27% vivem apenas com cerca de R\$238,5 mensais, condizente com a condição de extrema pobreza. Esses resultados apontam a dificuldade que o Brasil terá para cumprir a Agenda 2030.

O Banco Mundial (2022) aponta que a pandemia do Covid-19 no Brasil desacelerou a redução da pobreza, porque a economia teve a pior retração histórica, revelando um produto interno bruto per capita negativo (4,7%), sendo que as medidas de segurança adotadas, conforme o protocolo da Organização Mundial de Saúde, ocasionaram a perda de trabalho para cerca de 10 milhões de brasileiros entre o 3º trimestre de 2020 até o mesmo período de 2021. A taxa de desemprego alcançou 14,6% no 3º trimestre de 2020, sendo que, no início da pandemia, havia cerca de três pobres em cada dez brasileiros e cerca de 8% viviam em extrema pobreza. Porém, a intervenção governamental com o auxílio emergencial (Fraga et al., 2022) evitou que a pobreza crescesse de forma significativa, ainda assim a desigualdade social aumentou porque muitos trabalhadores com vínculos trabalhistas frágeis perderam seus empregos, empreendedores de micro e pequenas empresas sofreram perda de capital e muitas delas fecharam. Além disso, o valor do auxílio para muitos não cobriu o ganho de capital anterior à pandemia, além do impacto na educação, saúde e precarização do trabalho principalmente para as minorias (Antunes, 2020; Krein et al., 2020).

O Brasil utiliza a estratégia de transferência de renda com o objetivo de proteger ou mitigar a pobreza. Por meios de diversos auxílios (Bolsa família, Benefício emergencial, Renda Básica etc.) oriundos do Poder Público federal, estadual e

municipal, de caráter intermitente ou constante, sob o monitoramento da situação de pobreza, a transferência de renda proporciona a proteção social daqueles que não conseguem sair da pobreza, para que possam sobreviver, evitando impactos em outras áreas (Silva, 2022).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), a pobreza monetária, no período dos anos de 2004 a 2014, com dados sobre a desigualdade racial, foi reduzida entre pretos, pardos e brancos. No entanto, a desigualdade ainda permanece alta. Em 2014, os indicadores de pobreza de pretos e pardos eram equivalentes aos dos brancos em 2004, no entanto, os pretos apresentavam 2,5 vezes mais chances de situação de pobreza e os pardos, cerca de 3,2 vezes mais em relação aos brancos.

Cabe ressaltar que, nos estudos sobre a pobreza, é importante trazer à baila a questão de gênero e raça, pois essas variáveis constituem a fração mais penalizada da sociedade brasileira e influem na manutenção da desigualdade social, impactando os indicadores, que mostram a carência de políticas sociais. Osório e França (2021) argumentam, sobre a questão racial da pobreza, que não houve uma redução significativa no Brasil no período de 1986 a 2019, por isso, os negros ainda permanecem concentrados na camada inferior de renda e retroalimentam o ciclo da desigualdade para as próximas gerações. Logo, é essencial abordar a questão de gênero e espacialidade conjugado com a raça/cor.

Estudos sobre a pobreza feminina emergiram com Pearce (1978), que identificou porque as mulheres casadas e com filhos menores tendem a ficar mais vulneráveis à pobreza, afora a questão de mulheres chefes de domicílios, que se tornam empobrecidas por questões econômicas e sociais. As principais causas decorrem de: essas mulheres ocuparem posições com baixa remuneração; os empregadores nutrirem a ideologia de que mulheres com filhos dedicam-se mais aos afazeres domésticos e familiares do que ao seu desempenho profissional; a falta de comprometimento dos homens separados de suas famílias em efetuar o pagamento da pensão devida; entre outras causas. Esses dados demonstram que as mulheres se tornam reféns da própria pobreza, e tem baixa representatividade como contribuintes do sistema de benefícios de seguridade social, mas representam um contingente significativo de dependentes desse seguro. Outro agravante é o fato de muitas mulheres não terem direito ao seguro-desemprego, porque atuam como domésticas.

Amartya Sen (1984, 1985) percebe a diversidade humana sobre a ótica de capacidades e funcionamentos. A igualdade da liberdade pessoal é vista como a capacidade de conseguir os funcionamentos que são básicos para ter uma vida boa, como igualdade de renda ou riqueza, no entanto, a autora enfatiza que “somos tão profundamente diversos” (SEN, 1993, p. 102) que a igualdade de renda em um grupo leva a desigualdades em outros grupos. Por isso, os elementos que mudam as capacidades humanas e permitem novas ações possíveis estão na tecnologia da informação e comunicação, que altera o conjunto de capacidades de um indivíduo, definido por Sen (1993, p. 102) como o “conjunto de todos os funcionamentos possíveis que uma pessoa pode alcançar”. Logo, a erradicação da pobreza

multidimensional envolve os funcionamentos e as liberdades, e a igualdade de gênero favorece a redução das desigualdades, pelo menos em termos socioeconômicos. Ferreira et al. (2023) evidenciam que as mulheres negras sofrem mais desigualdades que as mulheres brancas dificultando o exercício pleno da cidadania.

As desigualdades consoantes ao ODS 1 perpassam por implicações da baixa educação, educação de qualidade, da saúde e comprometimento do bem-estar. Carvalho (2024, p. 164) pondera que a pobreza urbana é “insolúvel, [...] a “única” solução possível para a inserção dos pobres no processo de reprodução do espaço urbano é a que se dá pela via da fragmentação/segmentação da/na cidade. Isso demonstra que o planejamento urbano desenhado pelos grupos hegemônicos, a população pobre é segregada para a periferia. Silva et al. (2024) corrobora Carvalho (2024) e Motta et al. (2024) ao dizer que quando ocorre a perda de centralidade e valorização, os espaços deixam de receber atenção do poder público, transparece precariedade, pobreza e impactos ambientais, marginalizando os povos e aumenta a desigualdade social.

Moreira et al. (2019) afirmam que o Governo deve cumprir os ODS, buscando priorizar os ODS 4 (Educação de qualidade) e 1 para a população ter saúde e qualidade de vida, mesmo que o ODS1 seja o mais difícil de ser cumprido. À medida que haja mais empenho e incentivo para garantir que todos tenham oportunidade de frequentar a escola, diminui a necessidade de mais proteção social, pois muitos poderão estar empregados e ter saído da situação de pobreza. Assim, o acesso à educação é um direito humano fundamental, para o qual os Estados/Governos têm “obrigação de respeitar, proteger e implementar” (Moreira; Gomes, 2013, p. 195).

Libório (2021, p. 278) discorre que a educação é o elemento fundamental para o exercício da cidadania, e afirma que “a educação para os Direitos Humanos é uma prática participativa com o objetivo de mobilizar as pessoas e as comunidades e capacitá-las com os conhecimentos, atitudes, valores e aptidões para usufruir e exercer esses direitos e para respeitar e defender os direitos dos outros”. No entanto, o Brasil terá muitas dificuldades para cumprir a Agenda 2030 de longo prazo e internalizar os compromissos por meio de ações, que favoreçam as mudanças na realidade do país e do mundo.

Como contribuição, os dados apontam a necessidade de uma postura mais incisiva dos poderes públicos de Belo Horizonte, para a redução das desigualdades e o cumprimento das metas do ODS 1 e o alcance de um mundo melhor no presente e futuro. A sustentabilidade nos países em desenvolvimento e emergentes somente é possível com a implementação de políticas públicas, o que demanda avaliação e monitoramento contínuo, favorecendo o cumprimento das metas e a melhoria futura na vida das pessoas.

Materiais e metodologia

O recorte geográfico por Belo Horizonte ocorreu por ser a capital de Minas Gerais, localizada no segundo estado mais populoso do Brasil. No ano de 2017, a população total estimada da cidade era de 2,5 milhões de habitantes, sendo constituída de 53,12% de mulheres e de 52,38 % de pessoas de raça negra.

Em relação aos dados epidemiológicos na esfera da saúde em Belo Horizonte, a taxa bruta de mortalidade foi de 6,25%, a taxa de mortalidade infantil de 9,99%, a taxa de mortalidade por suicídio 6,58%. Na educação, a taxa de distorção idade-série no ensino médio foi de 29,80%. No aspecto sanitário, o acesso à água encanada foi de 94,43%, o esgoto de 91,9% e a coleta de lixo de 96%. No âmbito social, o registro no CadÚnico de vulneráveis e pobres foi de 76,09%, os pobres pós Bolsa Família de 50,72%, em termos de gênero, a ocupação de mulheres na Câmara de Vereadores foi de 9,76% (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000-2017). Conclui-se que a cidade de Belo Horizonte vem atendendo as metas voltadas para o bem-estar, em cumprimento a alguns indicadores como na saúde, saneamento básico e educação, porém em termos econômicos são necessários reduzir a dependência do Bolsa Família por meio da diminuição do desemprego e promover a igualdade de gênero nos espaços de poder.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mapeou em 2019 os aglomerados subnormais (áreas com populações em situação socioeconômicas, saneamento e de moradia muito precárias e com elevado adensamento de edificações)³ do Brasil, totalizando 13.151 aglomerados subnormais, sendo que Minas Gerais tem 3,43% dessas áreas e Belo Horizonte uma estimativa de 11,46%. Isso retrata a diversidade da população da cidade (IBGE, 2020). Como o Atlas de Desenvolvimento Econômico (2000-2017) aponta, houve o crescimento da pobreza, pois a razão do número de vulneráveis e pobres já era elevada (76,09%) com registro no CadÚnico, correspondendo estas áreas. Tal situação permanece visível em Belo Horizonte, pois em 2021 havia 340 pessoas/100 mil habitantes que estavam vivendo em situação de rua, sendo 1 mulher a cada 10 pessoas, cerca de 90% sendo pretos e pardos (Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População de Rua/Belo Horizonte, 2021).

Foi realizada uma pesquisa quantitativa e documental (Pimentel, 2001), a partir de dados secundários em bases governamentais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-ODS) e o Painel de indicadores ODS de Belo Horizonte (2022). A planilha foi extraída do *website* da Prefeitura de Belo Horizonte-ODS e os dados foram representados por meio de gráficos e algumas medidas estatísticas descritivas (média e desvio padrão), para facilitar a comparação dos dados

3 O IBGE para fins do Censo 2022 retornou a nomenclatura usada desde 1950, favelas e comunidades urbanas após reunião com representantes do movimento negro, comunidade acadêmica e órgãos governamentais, ao invés de aglomerados subnormais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em 01 mar. 2025.

desagregados por gênero e de raça/cor, do indicador global. Alguns dados foram arredondados para duas ou menos casas decimais.

A Tabela 1 apresenta as metas Brasil, indicador Belo Horizonte, cálculo e fonte de dados. Para o ODS 1, a pobreza representa termos de privação (renda monetária). Neste estudo, foi adotada a concepção de raça negra, sendo formada pelas pessoas de cor preta e parda, segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010).

Tabela 1. Relação de metas Brasil, indicadores de Belo Horizonte

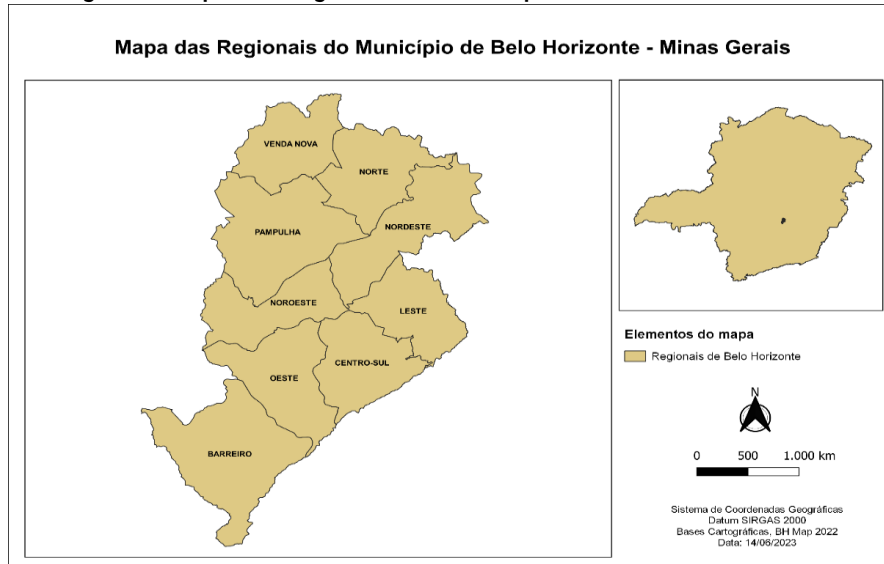
Metas Brasil	Indicador Belo Horizonte e Fonte	Cálculo - Unidade percentual
1.2 - Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais. *Considera-se erradicação de pobreza extrema quando o percentual da população, nessa condição, atinge o patamar < de 3% (IPEA, 2019)	1-102 - Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza (nacional) em % - [linha do Programa Bolsa Família (famílias, famílias com renda per capita mensal de até R\$ 170,00)] Fonte: SMPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Dados do Censo 2010.	$H = (Q/N).100$ - onde N é o total da população e Q é o total de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza Z. Z é dada por \$5.50 de 2011 convertidos pela PPP de 1.66 e corrigidos pela inflação ao consumidor, seguindo a metodologia utilizada na PNAD Contínua. Tanto a linha (Z) quanto os rendimentos domiciliares per capita são calculados a preços médios dos respectivos anos, conforme os deflatores utilizados na PNAD Contínua.
	1-103 - Proporção da população que vive abaixo da linha de extrema pobreza (nacional) em % - [linha do Programa Bolsa Família (famílias com renda per capita mensal de até R\$ 85,00)] Fonte: Censo 2010	Em desenvolvimento o cálculo, conforme o PNAD (2019). Sugestão: utilizar a mesmo cálculo - N é o total da população, porém Q é total de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza nacional. $H = (Q/N).100$
1.3 - Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral - acesso universal de fato (IPEA, 2019) dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.	1-107 - Proporção de pessoas em pobreza pós-transferência de renda, em v%, [linha do Programa Bolsa Família (famílias, famílias com renda per capita mensal de até R\$ 170,00)] Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO).	Cálculo em desenvolvimento, conforme o PNAD (2019). Cálculo: $H = (Q/N).100$, onde N é o total da população e Q é o total de pessoas em pobreza, pós-transferência de renda.
	1-109 - Percentual de cobertura no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em território, com famílias vulneráveis. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMASAC)	Cálculo em desenvolvimento, conforme o PNAD (2019). Cálculo: $H = (Q/N).100$, onde N é o total da população e Q é o total de pessoas com cobertura do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, em território, com famílias vulneráveis (CRAS).

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) - ODS (2022). Elaborado pelos autores (2023).

Resultados e Discussão

O município de Belo Horizonte contém nove regionais (Venda Nova, Norte, Pampulha, Nordeste, Noroeste, Leste, Centro-sul, Oeste e Barreiro), conforme a figura 1.

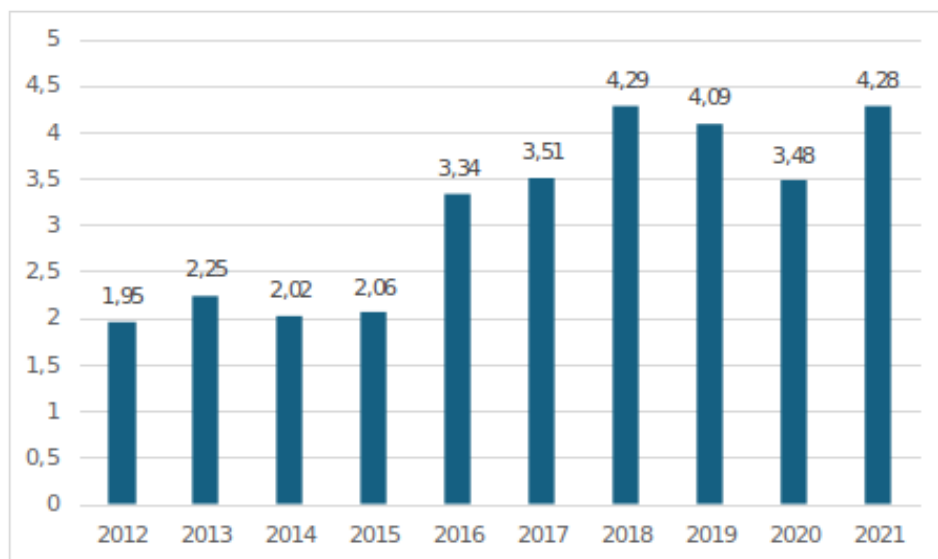
Figura 1. Mapa das regionais do município de Belo Horizonte – MG



Fonte: Elaborado pelos autores.

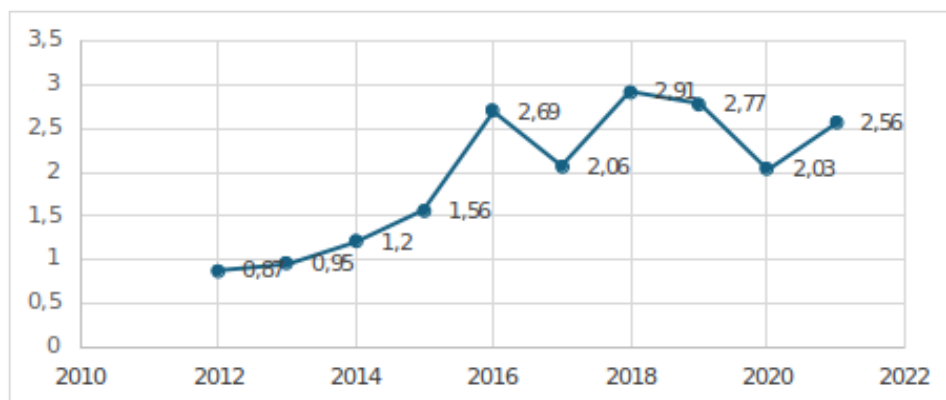
Em relação ao indicador 1-102, os dados demonstram que a proporção de pessoas, em situação abaixo do nível de pobreza nacional e extrema pobreza nacional, aumentou consideravelmente, a ponto de estar duplicada nos anos de 2018 e 2021, em relação ao ano de 2012 (Figuras 2 e 3). Nesse período, observa-se que o ano de 2012 foi o ano com menor proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (1,95%) e extrema pobreza, no Brasil (0,87%). Em Belo Horizonte, a pobreza extrema (nacional) está dentro da meta que é >3%, porém, aumentou cerca de três vezes, comparado com o ano de 2012, demonstrando o aprofundamento da pobreza e de extrema pobreza (nacional), em Belo Horizonte (IPEA, 2019).

Figura 2. Proporção da população de Belo Horizonte, que vive abaixo da linha de pobreza (nacional), em %, nos anos de 2012 e 2021



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022. Elaborado pelos autores (2023).

Figura 3. Proporção da população de Belo Horizonte, que vive abaixo da linha de extrema pobreza (nacional), em %, nos anos de 2012 e 2021



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022. Elaborado pelos autores (2023).

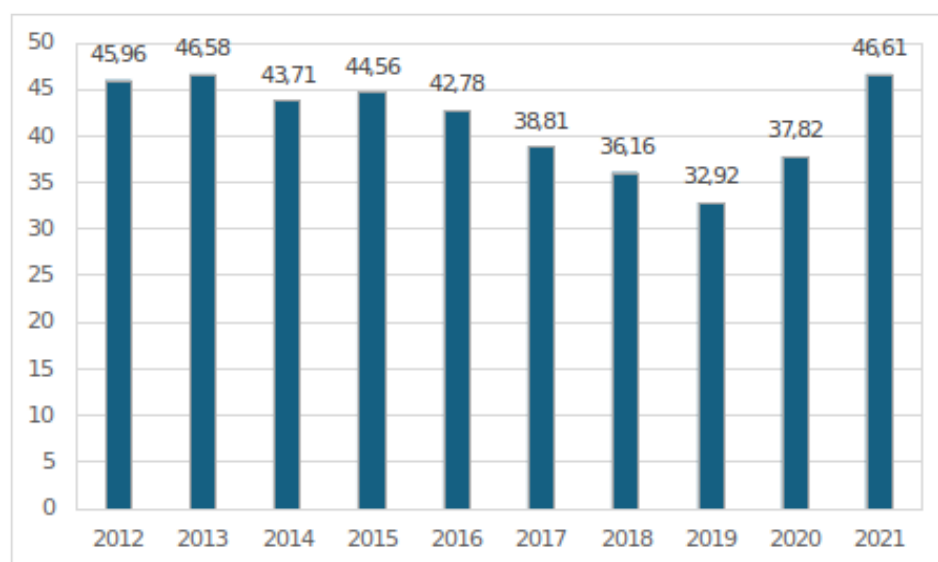
A estratégia da proteção social não foi suficiente para tirar as famílias que vivem na pobreza (nacional), nem na extrema pobreza (nacional), sinal da necessidade de ser reavaliada essa ação com complementações de políticas afirmativas e públicas, incentivar a inserção das pessoas, nessa realidade, no mercado de trabalho, garantindo a empregabilidade para elas. Porém, sem o benefício emergencial (Fraga et al., 2022; Silva, 2022), a situação estaria muito pior.

A pandemia do Covid-19 elevou a proporção de pobres em Belo Horizonte e no Brasil a uma razão de 4,28%, em 2021, depois de uma baixa em 2020 (3,48%). A pobreza nacional, no período, obteve média de 3,13% e desvio padrão de 0,92% e a extrema pobreza, média de 1,96% e desvio padrão de 0,74%, devido ao aumento em 2018 e 2019 e à queda subsequente. O fator que contribuiu para o aumento da pobreza nacional do Brasil foi a pandemia do Covid-19, ocasionando diversas restrições, o que não foi diferente em Belo Horizonte (Banco Mundial, 2022).

Essa condição é decorrente das diversas crises econômicas e políticas, crises no mercado externo, políticas públicas não efetivas, culminando na elevação paulatina da pobreza no país, tendo o ano de 2018, como o mais crítico, porque a pobreza atingiu o pico de 4,29% e a extrema pobreza de 2,91%, conforme afirmado por Massambani et al. (2018). Moreira et al. (2019) ressaltam que a meta Brasil 1.2 é uma das mais difíceis de concretizar por envolver vários interesses e congruências com outros indicadores.

A proteção social corresponde à meta 1.3 (Tabela 1) e é direcionada para os grupos populacionais como: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis (ONU, 2021). Um dos critérios é a percentagem de pessoas que, em Belo Horizonte, mesmo tendo recebido o auxílio do Bolsa Família, mantiveram-se na pobreza (1-107), entre os anos de 2012 e 2021 (Figura 4).

Figura 4. Proporção de pessoas em pobreza pós-transferência de renda (em %), na cidade de Belo Horizonte, no período de 2012 a 2021



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022. Elaborado pelos autores (2023).

Os dados apontam uma oscilação positiva da proporção de pessoas em pobreza e auxiliados pelo Programa do Bolsa Família, com redução de cerca de 10% da razão de pobres, dependentes desse auxílio. Com a pandemia do Covid-19, cresceu o número de pessoas que perderam empregos e renda e se registraram no cadastro CadÚnico para receberem proteção social, como o benefício emergencial baseado na justiça distributiva, o que abrangeu diversos trabalhadores e desempregados, que não dependiam do auxílio do Bolsa Família, como meio de mitigar a pobreza, causada pelas normas de prevenção de contágio (Fraga et al., 2022; Silva, 2022).

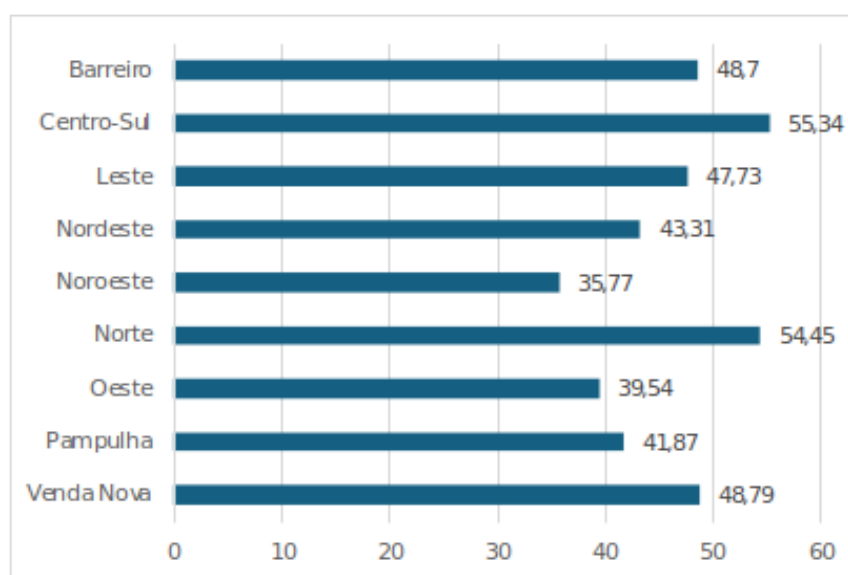
Como consequência da elevação da proporção de pobreza e de extrema pobreza nacional, percebe-se a perpetuação da cobertura de proteção social, de

2012 a 2021 - 55,58 (1-109), que aponta a deterioração da qualidade de vida da população mais vulnerável do território nacional. Esse quadro era esperado, conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2022), porque a taxa pobreza na América Latina em 2022 ficou acima da média antes da pandemia do Covid-19. A Cepal projetou 13,1% da região em pobreza extrema e 32,1% na condição de pobreza.

A Figura 5 apresenta a situação das regionais de Belo Horizonte em relação à transferência de renda (%) e permanência na situação de pobreza, dados de 2021. A regional Centro-Sul apresenta mais chances de pobreza e acesso ao Bolsa família (55,34%), seguida pela regional Norte (54,45%). A região Centro-Sul, conhecida como a região mais rica de Belo Horizonte, também congrega alguns bairros que tem elevada densidade populacional, que vive em favelas que dependem dos programas sociais para sobreviver, como a vila Fumec, Barragem Santa Lúcia, Serra dentre outros.

A média de Belo Horizonte - 41,59%, por regional, obteve os seguintes dados: Venda Nova: 44,17%, Pampulha: 41,3%, Oeste: 35,5%, Norte: 50,38%, Noroeste: 30,63%, Nordeste: 39,32%, Leste: 42,66%, Centro Sul: 49,39% e Barreiro: 38,81%. Ao comparar a proporção por regional, referente ao ano de 2021, com a média, detecta-se que a Pampulha, por ser uma região considerada de classe alta, apresenta menor aumento da pobreza e acesso ao Bolsa Família, contrastando com a região do Barreiro que foi a que apresentou a maior taxa, quase 10% acima. Consecutivamente, as regiões Leste, Noroeste e Centro Sul (Prefeitura de Belo Horizonte, 2022) também apresentaram taxas elevadas. Esses dados refletem as crises econômicas e a má distribuição de renda (Massambani et al., 2018) para as populações mais carentes e o efeito da pandemia (Banco Mundial, 2022).

Figura 5. Proporção das pessoas em situação de pobreza, pós transferência de renda (%), por regionais de Belo Horizonte, em 2021



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2022. Elaborado pelos autores (2023).

A Tabela 2 demonstra que a população negra tendeu, cerca de três vezes mais, a necessidade de dependência de proteção social que a população branca. Os dados apontam, ainda, que os indígenas também empobreceram no período (Prefeitura de Belo Horizonte, 2020, p. 22).

Tabela 2. Relação de inscritos no CadÚnico, em agosto de 2022, que recebem transferência de renda por sexo/gênero e nível de escolaridade

Sexo/gênero/ nível de escola- ridade	Raça/cor						Não in- forma- do
	Preta	Parda	Negra	Branca	Indí- gena	Ama- rela	
Total Feminino = 348.410							
Ensino funda- mental completo	4.805	19.214	24.019	6.996	41	228	12
Ensino funda- mental incom- pleto	17.404	67.733	85.137	26.687	130	766	50
Ensino médio completo	12.805	49.671	62.476	20.954	104	746	55
Ensino médio in- completo	4.683	19.100	23.783	6.279	37	244	13
Ensino superior incompleto ou mais	2.192	8.711	10.903	6.735	14	153	15
Sem instrução	6.486	30.388	36.874	12.821	93	307	6
Não informado	2.197	13.399	15.596	5.963	24	149	-
Subtotal	50.572	208.216	258.788	86.435	443	2.593	151
Total Masculino= 258.479							
Ensino funda- mental completo	4.010	14.967	18.977	5.269	24	164	15
Ensino funda- mental incom- pleto	14.850	57.884	72.734	20.116	98	539	49
Ensino médio completo	6.387	24.396	30.783	10.765	55	285	34
Ensino médio in- completo	3.161	12.956	16.117	4.378	22	133	13
Ensino superior incompleto ou mais	1.099	4.444	5.543	3.687	18	81	7
Sem instrução	5.930	28.778	34.708	11.267	63	302	10
Não informado	2.305	13.866	16.171	5.887	17	148	-
Subtotal	37.742	157.291	195.033	61.369	297	1.652	128

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2022). Elaborado pelos autores (2023).

Os dados relativos à pobreza, extrema pobreza e Bolsa Família demonstram que Belo Horizonte sofreu elevação da pobreza de forma substancial. O total de pessoas inscritas no CadÚnico em 8 de agosto de 2022, residentes em Belo Horizonte, é de 606.889 pessoas. A maioria são mulheres inscritas no CadÚnico e a pobreza monetária é preta e, logo, as mulheres pretas sofrem mais da tripla interseccionalidade: sexismo, racismo e classe social que as mulheres pardas (Collins; Bilge, 2021).

É possível reduzir a situação de pobreza em Belo Horizonte com políticas sociais de transferência de renda e investimento, na qualificação de mão de obra das pessoas com menor grau de escolaridade, para que consigam inserção no mercado de trabalho formal e fiquem com menor dependência de proteção social. Mesmo diante da pandemia e os impactos que todos os belo-horizontinos sofreram, a situação de pobreza na cidade é menor que a do Brasil.

As mulheres negras, independente de escolaridade, são predominantes no CadÚnico, evidenciando a condição de pobreza por diversos fatores (mães com filhos pequenos, chefes de domicílios, baixa remuneração, falta política familiar), conforme Pearce (1978). É um processo agravante, pois essa desigualdade ocasiona efeitos negativos não somente na mulher, mas em toda família (Moreira et al., 2019; Wilkinson; Pickett, 2015) e retroalimenta o ciclo da exclusão e subordinação (Warren et al., 2001), uma vez que essas pessoas ficam reféns do sistema da tessitura social de exploração (Salgado, 2010).

A governança municipal de Belo Horizonte depara-se com grandes desafios para cumprir os indicadores, principalmente o ODS 1 que tende a influenciar os ODS 5 (Igualdade de gênero) e 10 (Redução de desigualdades). Esses dados de Belo Horizonte transparecem os apontamentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2020) que apontam que a pandemia do Covid-19 desacelerou o crescimento dos países, aumentou a pobreza e os grupos vulneráveis, impactou a mobilidade social, que passou a ser descendente, cresceu a desigualdade na participação laboral, elevou a proteção social universal com maior transferência de renda, além trazer crise na economia do cuidado. Por isso, Campana e Pereira (2021) justificam a necessidade de adaptação dos indicadores, conforme a realidade de cada lugar, devido à influência negativa causada pela pandemia do Covid-19 e de outras crises políticas e econômicas, que dificultam o cumprimento das metas na cidade de Belo Horizonte.

Como o ODS 1 não foi atingido efetivamente, o aumento da desigualdade social no país compromete o cumprimento do ODS 10, impactando milhões de vidas, principalmente das populações mais vulneráveis e dos grupos considerados minoritários. Assim, é importante investir nos pontos críticos, como acelerar o crescimento econômico e garantir os direitos humanos fundamentais a todos os cidadãos (Libório, 2021). Sem políticas públicas, Belo Horizonte e o Brasil não conseguirão atender as metas dos 17 ODS (Moreira et al., 2019), porque a situação apresentada ratifica as fragilidades no alinhamento do crescimento econômico e do ambiente, comprometendo os pilares da sustentabilidade.

Conclusões

O objetivo deste estudo foi investigar como a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, está cumprindo a Agenda 2030 em relação à erradicação da pobreza. Conforme a Meta 1 Brasil, Belo Horizonte depara-se com uma situação de aumento da proporção do nível de pobreza, das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e em extrema pobreza (nacional), atingindo as maiores taxas nos anos de 2018 e 2019, comparado ao ano de 2012. Consequentemente, percebe-se a elevação da cobertura de proteção social, de 48,3% em 2012, para 55,58% em 2019. A regional Centro-Sul apresentou mais chances de pobreza e de inserção no programa do Bolsa família (55,34%), seguida da região Norte (54,45%). A população negra apresenta a tendência de ter cerca de três vezes mais oportunidades de dependência de proteção social que a população branca, ao considerar, raça e gênero, a pobreza é feminina e negra.

A prefeitura de Belo Horizonte, para o ODS 1 fez a desagregação em várias metas e indicadores, o que não foi padrão em outros territórios, dificultando dados comparativos. Este estudo limitou-se aos indicadores 1-102,1-103,1-107 e 1-109, além do quadro detalhado dos inscritos no Cad-Único por sexo/gênero, raça e nível de escolaridade, para demonstrar a situação de gênero e raça na pobreza. Assim, outros estudos são sugeridos, para monitoramento e alerta aos agentes públicos, conjugando ou não outros indicadores.

Enfim, Belo Horizonte vem cumprindo o pacto global da sustentabilidade, porque é um compromisso de todos, porém, com grandes dificuldades, sendo que os dados despontam urgência em rever os indicadores, com monitoramento contínuo, participação da sociedade, investimento em áreas mais complexas, com políticas sociais, para proporcionar a erradicação da pobreza, investindo na educação (ODS 4), saúde e bem-estar (ODS 3), porque a situação tende a piorar. Ressalta-se que o ODS 1 se intersecciona sem sobreposição com os ODS 5 e 10, mas transpassa, levando às desigualdades que comprometem a melhoria de vida e o futuro da população belo-horizontina.

A desigualdade é um fator crítico na vida de milhares de belo-horizontinos por impactar não somente a saúde e a educação, mas a qualidade de vida e a segurança das pessoas. O nível de pobreza e vulnerabilidade está aumentando e essa situação precisa de intervenção em curto e longo prazos com planejamento, fases de implementação, monitoramento, tomada de decisão e readequação, para mitigar os prejuízos à população, nos níveis macro, meso e micro. É urgente investir na criação de empregos, para que o país possa ter um crescimento constante.

A sustentabilidade é um desafio para todos e principalmente para os agentes públicos por serem responsáveis pela tomada de decisão, necessitando ser orientada para ações tratativas, quanto aos recursos naturais, sistemas sociais, de bem-estar das pessoas, baseadas em estratégias consistentes para garantir melhor qualidade de vida a todos, além da estabilidade fluida do sistema.

Bibliografia

- AGUIAR, Paulo César Bahia; PIRES, Mônica de Moura; PROFICE, Christiana Cabicieri. *Revista Caminhos de Geografia*, v.24, n.96, p. 16-36, dez. 2023. DOI: [10.14393/RCG249668272](https://doi.org/10.14393/RCG249668272)
- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Belo Horizonte*. 2000,2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/310620#sec-demografia>. Acesso em 29 nov. 2022.
- BANCO MUNDIAL Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil. Mirando o futuro após duas crises. *Sumário Executivo*. Washington D.C.: Banco Mundial,2022.
- BARRETO, Ricardo Candéa Sá.; SANTOS, Eli Izidro dos; CARVALHO, Ícaro Célio Santos de. A pobreza multidimensional em salvador diminuiu? evidências a partir da abordagem espacial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.15, n.3, p. 181-201, 2019. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/4676/787>. Acesso em: 03 set. 2021.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.42, p.123-142, 2000. DOI: [10.1590/S0102-69092000000100009](https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009)
- BOSCH, Eduardo Rombauer Van Den. *Caderno de propostas: métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ Ildes, 2004.
- BRAMBILLA, Marcos Aurélio; CUNHA, Marina Silva da. O Impacto da pobreza multidimensional e da desigualdade na distribuição de renda nos fluxos migratórios, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v.14, n.1, p.155-180,2020. DOI: [10.54766/rberu.v14i1.579](https://doi.org/10.54766/rberu.v14i1.579)
- BRASIL. Lei nº 2.288 de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Art. 1 inciso IV considera população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- BRASIL. *Governo federal retoma Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-federal-retoma-agenda-2030-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-do-milenio>. Acesso 01 de mar. 2025.
- BRASIL. *Seminário discute ações do Governo para a Agenda 2030*. Comissão Nacional dos ODS. Publicado em 05 /06/2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15089-presidenta-do-ipea-debate-acoes-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-e-efetivacao-da-agenda-2030-no-brasil>. Acesso em 01 mar. 2025.
- CAMPANA, Ana Cláudia Maragoni Batista; PEREIRA, Máriam Trierveiler. Atuação dos ODS no âmbito local para o global: indicadores de sustentabilidade pertinentes à realidade dos municípios. In: III Sustentare – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas. VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade 16 a 18 de novembro de 2021, p. 1-14. *Anais[...]*, SP: PUC Campinas.
- CARVALHO, André Luiz de. Aquidauana-MS: Planejamento urbano, moradia e periferia. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 1, p.149-166, 2024. DOI: [10.54446/bcg.v14i1.2903](https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.2903).
- COLLINS, Patricia. Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Souza, Rane. São Paulo: Boitempo,2021.

- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama Social de América Latina*, (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46687/8/S2100150_es.pdf>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). A CEPAL alerta que as taxas de pobreza na América Latina em 2022 se mantêm acima dos níveis pré-pandemia. 24 novembro de 2022. *Desenvolvimento social*. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-alerta-que-taxas-pobreza-america-latina-2022-se-mantem-acima-niveis-pre-pandemia>>. Acesso 13 jun 2023.
- DINZEY-FLORES, Zaire Z. Spatially polarized landscapes and a new approach to urban inequality. *Latin American Research Review*, v.52, n.2, p.241-252, 2017. DOI: [10.25222/larr.89](https://doi.org/10.25222/larr.89).
- FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; CARVALHO, Paulo Fernando Braga; MOURA, Cristiano Silva de. A cor e a feminização da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 27, n. 2, p. 801–815, 2023. DOI: [10.18764/2178-2865.v27n2.2023.45](https://doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.45).
- FRAGA, Marinette Santana; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo os Santos de Sousa. Elementos emancipatórios na pobreza multidimensional: a gestão dos ativos intangíveis e do capital social. *Desenvolvimento em Questão*, v.16, n.45, p.183-201, 2020. DOI: [10.21527/2237-6453.2020.53.183-201](https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.183-201).
- FRAGA, Marinette Santana; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo os Santos de Sousa; YOSHITAKE, Mariano; MOTTA, Verônica Macário de Oliveira. Brazilian emergency benefit: implementation and control to compared to Lowi's distributive theory. *Revista Ambiente Contábil*, v.14, n.2, p.230-257, 2022. DOI: [10.21680/2176-9036.2022v14n2ID22975](https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2ID22975).
- GUARIDO FILHO, E. R. Desigualdade social, responsabilidade e responsividade da pesquisa. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 5, p. 511–516, 2018. DOI: [10.1590/S0034-759020180507](https://doi.org/10.1590/S0034-759020180507).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Metas e indicadores dos objetivos do Desenvolvimento sustentável*, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Rafael Guerreiro Osorio, 2487. *A desigualdade racial da pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, julho de 2019. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990- ISSN 1415-4765. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Metas e indicadores dos objetivos do Desenvolvimento sustentável*, 2022. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods.html>>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19: notas técnicas*, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>>
- KHAMIS, Renato Braz Mehanna; ALVES, Juliana da Silva. A redução das desigualdades no Brasil e o objetivo desenvolvimento sustentável nº 10. JURIS - *Revista da Faculdade de Direito*, v.28, n.2, p.135–154, 2018. DOI: [10.14295/juris.v28i2.8357](https://doi.org/10.14295/juris.v28i2.8357).
- KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda, TEIXEIRA, Marilane. *Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida*. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, maio 2020. Disponível em: de <<https://www.fes-brasil.org/detalhe/emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida/>>. Acesso em 20 fev. 2025.
- LIBÓRIO, Tânia Ribeiro. A importância dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no desafio da educação para os direitos humanos. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v.9, n.1, p.275–296, 2021. DOI: [10.5016/ridh.v9i1.52](https://doi.org/10.5016/ridh.v9i1.52).
- MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino. *Compreender os direitos humanos: manual de educação para os direitos humanos*. Coimbra: Coimbra Editores, 2013.

- MOREIRA, Marcelo Rasga; KASTRUP, Érika; RIBEIRO, José Mendes; CARVALHO, Antônio Ivo de; BRAGA, Analice Pinto. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros (as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brazil heading to 2030. *Saúde em Debate*, v.43, n.7, p.22-35, 2019. DOI: [10.1590/0103-11042019S702](https://doi.org/10.1590/0103-11042019S702).
- MOTTA, Diana Meirelles da; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves; NASCIMENTO, Ederson; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; RIBEIRO, Márcio Bruno; ARRUDA, Rodrigo Almeida de. Centralidade, competitividade e governança das cidades médias do Brasil. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 2, p.263-284, 2024. DOI: [10.54446/bcg.v14i2.3714](https://doi.org/10.54446/bcg.v14i2.3714).
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO DE RUA. Boletim Anual 2021. Belo Horizonte. Polos/ UFMG. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/boletins.html>. Acesso 24 fev. 2025.
- ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2021*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 set. 2021.
- OSÓRIO, Rafael; FRANÇA, Michael. *Pesquisadores discutem aspectos sociais e educacionais da desigualdade racial*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Publicado em 01/09/2021 - Última modificação em 06/10/2021 às 10h34. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/9486-pesquisadores-discutem-aspectos-sociais-e-educacionais-da-desigualdade-racial>.
- PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, p.28-36, 1978.
- MASSAMBANI, Isabela de Matos; PEREIRA, Máriam Trierveiler; SILVA, Creir. *Índice de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: considerações sobre os países do Mercosul*. In 7th International Workshop - Advances in Cleaner Production- "Cleaner Production for Achieving Sustainable Development Goals". *Anais*, Barranquilla – Colômbia, 21-22 June, 2018.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195, 2001. DOI: [10.1590/S0100-15742001000300008](https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008).
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte*, 1º de agosto de 2020. Observatório do Milênio. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Painel de indicadores ODS de Belo Horizonte*, 1º de agosto de 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/indicadores-ods>. Acesso em 20 nov. 2022.
- PUCHALE, Caroline Lucion; PEREIRA, Ohanna Larissa Fraga; FREITAS, Claiton. Pobreza multidimensional e seus determinantes: uma análise econométrica para os estados brasileiros com menor e maior IDH. *Estudo & Debate*, v.26, n.1, p.92-113, 2019. DOI: [10.22410/issn.1983-036X.v26i1a2019.1895](https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v26i1a2019.1895).
- ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019.
- SEN, Amarytra Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amarytra Kumar. *Rights and Capabilities: Resources, Values, and Development*. Blackwell, Oxford University, U.K, 1984.
- SEN, Amarytra Kumar. *Commodities and Capabilities*. Amsterdã: Holanda do Norte, 1985.
- SEN, Amarytra Kumar. *Capacidade e Bem-Estar*. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. (Eds.), *The Quality of Life*. Oxford: Oxford Scholarship Press, 1993, p. 30-53.

- SILVA, Fredson Bernardino Araújo da; PAULINO, Ilma de Farias; Castro, Brenda Sarah Cardoso de; & Lima, Marcos Castro de. O processo de marginalização espacial em Cacau PIRÊRA (Iranduba-AM). *Revista Geonorte*, 15(52), p.72-94, 2024. DOI: [10.21170/geonorte.2024.V15.N.52.72.94](https://doi.org/10.21170/geonorte.2024.V15.N.52.72.94).
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? *Serviço Social & Sociedade*, n.145, p.53-71, 2022. DOI: [10.1590/0101-6628.292](https://doi.org/10.1590/0101-6628.292).
- STEVEN, Lade J.; HAIDER, Jamila L.; ENGSTRÖM, Gustav; SCHLÜTER, Maja. Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. *Science Advances*, n.3, p.1-11, 2017. DOI: [10.1126/sciadv.1603043](https://doi.org/10.1126/sciadv.1603043).
- TORRESI, Suzana L. Córdoba de; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. O que é sustentabilidade? *Química Nova*, v.33, n. 1, p. 1-1, 2010. DOI: [10.1590/S0100-40422010000100001](https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000100001).
- TOWNSEND, Peter. *The Definition and Measurement of Poverty*. London: HMSO, 1979, p.17-18. Disponível em: <<https://www.poverty.ac.uk/system/files/townsend-book-pdfs/PIUK/piuk-whole.pdf>>. Acesso em 7 set. 2021.
- TOWNSEND, Peter. *Introduction, Compendium of best practices in poverty measurement*. Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group), Rio de Janeiro, 2006.
- UNESCO. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación para los Objetivos de Desarrollo Sostenible: objetivos de aprendizaje*. Paris: Unesco, 2017.
- VARELLA, Marcelo Dias; ALAMY, Naiara Cardoso Gomide da Costa. O aumento da desigualdade com políticas públicas de educação e saúde na primeira infância. *Revista Caminhos de Geografia*, v.24, n.93, p.319-332, 2023. DOI: [10.14393/RCG249364839](https://doi.org/10.14393/RCG249364839).
- WARREN, Mark R.; THOMPSON, Phillip J.; SAEGERT, Susan. The Role of Social Capital in Combating Poverty. In: Saegert, Susan; Thompson, Phillip J.; Warren, Mark R. *Social Capital and Poor Communities*. New York: Russell Sage Foundation Press, 2001.
- WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *O Nível: Porque uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- YUSUF, Kalid Ahmad; CALDARELLI, Carlos Eduardo. Pobreza monetária no Brasil, urbana e rural, de 2012 a 2018. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v.10, p.810-832, 2020. DOI: [10.24302/drd.v10i0.2801](https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2801).

Agenda 2030: analysis of poverty in the context of Belo Horizonte

The Covid-19 pandemic has exacerbated inequalities in the world, as well as in cities in Brazil. This situation raises the question: how has Belo Horizonte been complying with the global sustainability pact in relation to poverty? The objective of this study was to analyse how the city of Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais, Brazil, is fulfilling the 2030 Agenda, in relation to the eradication of poverty. Quantitative and documentary research was conducted, based on secondary data, in government databases, the results of which indicate that Belo Horizonte will not achieve poverty eradication by 2030. One of the critical points is the condition of the black population, which is three times more likely to dependence on social protection than the white population. The Center-South region tended to have more chances of poverty and dependence on Bolsa Família aid, with a percentage of 55.34% and the North region with 54.45%, leading to the conclusion that the population of Belo Horizonte is becoming increasingly dependent on social protection. This situation leads to the need for a review of social policies, to make them more effective.

KEYWORDS: poverty, social protection, sustainability, gender, race relations

Agenda 2030: análisis de la pobreza en el contexto de Belo Horizonte

La pandemia de Covid-19 ha exacerbado las desigualdades en el mundo, así como en las ciudades de Brasil. Esta situación plantea la pregunta: ¿cómo ha cumplido Belo Horizonte el pacto global de sostenibilidad en relación a la pobreza? El objetivo de este estudio fue analizar cómo la ciudad de Belo Horizonte, capital del estado de Minas Gerais, Brasil, está cumpliendo la Agenda 2030, en relación a la erradicación de la pobreza. Se realizó una investigación cuantitativa y documental, con base en datos secundarios, en bases de datos gubernamentales, cuyos resultados indican que Belo Horizonte no logrará la erradicación de la pobreza para 2030. Uno de los puntos críticos es la condición de la población negra, que fue tres veces más propensos a depender de la protección social que la población blanca. La región Centro-Sur tendió a tener más posibilidades de pobreza y dependencia de la ayuda Bolsa Família, con un porcentaje de 55,34% y la región Norte con 54,45%, lo que permite concluir que la población de Belo Horizonte se vuelve cada vez más dependiente de los servicios sociales. protección. Esta situación lleva a la necesidad de una revisión de las políticas sociales, para hacerlas más efectivas.

PALABRAS CLAVE: pobreza, protección social, sostenibilidad, género, relaciones raciales

Artigo recebido em outubro de 2024. Aprovado em junho de 2025.